

O papel de Angola na República Democrática do Congo: uma oportunidade única

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Pela segunda vez na sua história, Angola assegurou um lugar como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU. Em circunstâncias normais, a passagem pelo Conselho de Segurança no biénio de 2015/2016 permitirá a Luanda assumir uma voz mais activa na defesa dos seus interesses, em particular nas regiões do Golfo da Guiné e dos Grandes Lagos. Em Janeiro de 2014, importa lembrar, Angola assumiu a presidência rotativa da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).¹ Inquestionavelmente, o Conselho de Segurança e a CIRGL dão enorme visibilidade diplomática a Angola e constituem uma relevante janela de oportunidade para Luanda. Isto dito, se no caso do Golfo da Guiné o interesse angolano se resume, no essencial, à protecção dos interesses comerciais e económicos ameaçados pelo fenómeno da pirataria, na região dos Grandes Lagos, porém, o interesse de Luanda é muito mais multidimensional.

Tendo em conta a relevância dos Grandes Lagos para Angola, numa altura em que a comunidade internacional assumiu a liderança no combate aos grupos rebeldes

no leste da República Democrática do Congo (RDC)—nomeadamente através do estabelecimento, sem precedentes, de uma força de carácter ofensivo mandatada pela ONU através da Resolução 2098—a nomeação para o Conselho de Segurança e a presidência na CIRGL posicionam Luanda na linha da frente dos assuntos de segurança relacionados com Kinshasa. De facto, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, tem perfeita noção do perigo que constitui um governo fraco e inseguro na RDC, sendo por isso essencial exercer um papel activo no combate aos grupos rebeldes.

No dia 20 de Outubro de 2014 reuniram-se em Luanda os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros da CIRGL e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Durante este encontro foi abordada a questão do desarmamento das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), um grupo rebelde que actua no leste da RDC e que é composto, na sua maioria, por ruandeses de etnia hutu, entre os quais se encontram vários dos perpetradores do genocídio de 1994. Face ao lento progresso do desarmamento, foi reiterada a necessidade de uma acção militar caso não seja cumprido o prazo limite de 15 de Janeiro de 2015. Nessa medida, importa perguntar: qual será o papel de Luanda numa possível intervenção militar?

O aprofundamento das relações bilaterais, entre Angola e o Ruanda, que ocorreu nos últimos anos, em teoria

¹ A CIRGL é um fórum regional cujos objectivos passam pela resolução de conflitos armados, a manutenção da paz, segurança e estabilidade, e a reconstrução da região. Ver Gustavo Plácido dos Santos, "Angola: Towards Supremacy in Sub-Saharan Africa?" (*Portuguese Journal of International Affairs*, No. 8, Spring/Summer 2014), pp. 23-32.



possibilita um entendimento rápido sobre uma eventual acção militar conjunta. Tal é um factor crucial, tendo em conta que são dois dos países com maior capacidade militar na região e também que mais interesse têm na eliminação do grupo rebelde. Acresce que a sua participação conjunta aumentaria substancialmente as capacidades bélicas, logísticas, financeiras e materiais da missão, e garantiria uma melhor preparação do processo de estabilização da RDC no pós-FDLR.

Por outro lado, na ausência de uma acção militar concertada regionalmente, é muito provável que, de forma isolada e unilateral, o Ruanda iniciasse uma operação militar. A instabilidade que se seguiria, neste cenário, seria não só um mau prenúncio para o futuro da cooperação regional, mas também um retrocesso no aprofundamento de relações entre os governos de Kigali e Kinshasa, um desfecho contrário aos interesses de Luanda.

O lançamento expedito de uma eventual operação militar depende simultaneamente da vontade política e da liderança forte de um Estado que esteja empenhado em pressionar os actores regionais. Iguamente importante é o facto de a intervenção poder contar com o apoio da comunidade internacional, que até muito recentemente se tinha absterido de desencadear acções concretas e concertadas dirigidas no sentido da resolução da instabilidade na RDC. O apoio internacional atribuí, por um lado, legitimidade internacional à intervenção militar e, por outro, satisfaz a vontade do continente em arranjar “soluções africanas para problemas africanos”. Esta é, assim, uma oportunidade histórica para o continente africano dar mais um passo na sua emancipação.

Se bem sucedida, a supressão das FDLR será uma vitória para Luanda em termos de prestígio e de reconhecimento

internacional enquanto actor-chave na resolução e mediação de conflitos no continente. Contudo, não é apenas nesse sentido que Angola fica a ganhar. O desejo de Luanda de diversificar a sua economia depende, em parte, da estabilidade na RDC. Para Angola, a linha de caminho-de-ferro que liga o porto de Lobito à fronteira com a RDC poderá vir a ser um meio de transporte estratégico para o escoamento de minerais oriundos da província congoleza de Katanga—famosa pelas vastas reservas de cobalto e cobre, entre outros—para os mercados internacionais. Ou seja, a desestabilização do leste da RDC, além dos desafios de segurança que coloca, colide também com os planos e os interesses económicos de Luanda.

A estabilização da região, que passa, por exemplo, pela reintegração dos milhares de combatentes ruandeses das FDLR, é vital para a sustentabilidade da paz e da estabilidade da RDC. Essa será certamente a tarefa mais complexa e difícil de executar. Não obstante, Angola poderá ter um papel importante neste processo. As autoridades de Luanda poderão colaborar com os responsáveis políticos de Kigali na adaptação do programa de reintegração dos antigos combatentes angolanos ao contexto das FDLR. Nessa medida, Angola tem uma oportunidade única para deixar a sua marca, não só como um actor fundamental na supressão de grupos rebeldes, mas também no processo de reintegração dos guerrilheiros. É precisamente neste papel de fornecedor de paz e segurança regionais, na medida em que reforça a sua credibilidade internacional, que Angola poderá tirar maior vantagem da sua passagem pelo Conselho de Segurança.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

